

Resumo de Notícias

CANAL DE VOZ



SINTTEL-ES

Informativo do Sinttel-ES nº 817- www.sinttel-es.org.br -29/02/2016



VIVO

Plano de Saúde e Odontológico na Vivo Os novos e velhos problemas

Diante das mudanças ocorridas na última negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, em que a Vivo impôs aos seus trabalhadores mudanças no Plano de Saúde e Odontológico, o Sinttel-ES solicita de todos/as os/as empregados/as que remetam ao Sindicato os problemas gerados com todo o processo, principalmente a mudança da operadora do Plano de Saúde para a Unimed. O objetivo é tratar todos os problemas na reunião que acontecerá com a comissão nacional responsável.

Os problemas e sugestões devem ser enviados para o e-mail: rita@sinttel-es.org.br até o dia 03/03/2016, às 14 horas.

Também é bom repassar o nome dos hospitais, clínicas, laboratórios e médicos que os titulares e dependentes desejam que sejam incluídos no plano.

Briga Judicial

Com a mudança de plano, a empresa alterou algumas coberturas, valores e com isso o Departamento jurídico do Sinttel-ES propôs uma ação pleiteando a manutenção do plano nas mesmas condições de coberturas, rede referenciada sem pagamentos além do que já era cobrado no plano anterior Bradesco.

Quanto a essa Ação Judicial que questiona a mudança do plano, uma audiência está agendada para o dia 30/06/2016 às 13:55 horas, na 2ª Vara de Trabalho de Vitória.

No dia 16 de fevereiro, o juízo da 2ª Vara decidiu dar ao Sinttel uma antecipação de tutela para que a Vivo se abstenha "de perpe-



trar qualquer alteração nos atuais planos de assistência médica e odontológica, até ulterior autorização firmada por acordo coletivo de trabalho."

A Juíza Márcia Leibel deferiu (aceitou) o pedido do Sinttel e determinou que a Telefônica Vivo mantenha as mesmas condições do plano de saúde/odontológico, já praticadas na vigência do ACT 2014/2015, até que novo acordo coletivo seja celebrado, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos legais estabelecidos nos artigos 273 e 461 do Código de Processo Civil.

A Justiça reconheceu que a empresa realizou alterações nos planos de assistência médica e odontológica, sem qualquer participação do Sindicato, violando, assim, a própria norma coletiva (parágrafo sétimo, da cláusula 19ª do ACT. Acompanhe o processo nº: 0002011-75.2015.5.17.0002, no site www.trt17.jus.br



Resumo de Notícias

25/02/2016 - Instituto Telecom

Com IoT, segurança vira pauta prioritária para empresas de telecom

Na edição deste ano do Mobile World Congress, que acontece esta semana em Barcelona, o tema segurança teve destaque especial, com diversas palestras dedicadas ao tema e grandes áreas nos estandes dos fornecedores com demonstrações de solução para proteção de dados e integridade das redes. A razão para essa aparente preocupação “adicional” decorre do desenvolvimento da Internet das Coisas. Para Simon Segars, CEO da AMR (empresa responsável pela arquitetura e projeto da maior parte dos processadores usados em dispositivos móveis), as vulnerabilidades e fragilidades tendem a crescer exponencialmente quando se fala de bilhões de dispositivos conectados. “O problema é que quando se conecta as coisas, é preciso ter atenção redobrada com segurança. Precisamos pensar em segurança de forma diferente porque IoT é uma Internet diferente”, diz ele. O executivo lembra ainda que em um ambiente de coisas conectadas,

Além da quantidade de dispositivos, a quantidade de informação trafegada e a sensibilidade das informações também expõem as pessoas a um risco adicional. “Informações sobre a sua saúde ou sobre suas atividades domésticas estão entre as mais sensíveis que se pode trabalhar”, lembra. “Por sorte, a tecnologia está no começo e podemos agir de maneira correta desde o princípio. Muita coisa (em relação à segurança da informação) já está acontecendo. Não adianta deixar para ajustar depois”. Para o executivo, é fundamental que a indústria trabalhe com padrões abertos e de maneira colaborativa para enfrentar as questões de segurança que a Internet das Coisas impõe. “Confiança tem a ver com segurança, e sem

segurança não existe IoT”, diz ele.

Como não podia deixar de ser, um dos temas explorados no evento foi a polêmica entre Apple e o governo dos EUA, em que o FBI pressiona a empresa para ajudar a quebrar o sistema de criptografia ou a permitir um desvio de configuração que dê acesso aos dados de um aparelho de um dos atiradores do massacre de Bernardino. Pavel Durov, CEO do aplicativo Telegram, de mensagens instantâneas, foi enfático ao defender a posição da Apple em favor da proteção dos dados criptografados, independente da natureza da informação. Já Anne Bouverot, CEO da Morpho e ex-diretora geral da GSMA, é preciso que se encontre um equilíbrio entre a conveniência e a segurança da informação.

Para o CEO da Cisco, Chuck Robbins, não existe resposta simples. “A criptografia é importante para os usuários. E não acredito que devemos colocar backdoor nos produtos que enfraqueçam a segurança. Mas é preciso haver um balanço entre o desejo de privacidade e a segurança nacional. Acho que não podemos olhar para essas questões como preto e branco. Temos que discutir com o governo”, disse o CEO. Questionado se ele teria a mesma postura do CEO da Apple, Tim Cook, que se posicionou veementemente contra um acordo com o governo para ajudar na quebra da segurança do handset, Robbins disse que a situação seria diferente pois os equipamentos Cisco não armazenam informações. “Nossos produtos trafegam muita informação e os usuários que optam por criptografar fazem uma opção, mas não temos esses dados”, disse ele.



Resumo de Notícias

26/02/2016 - Telesíntese

Anatel reduz tarifas de ligações de fixo para móvel

A redução faz parte do Plano Geral de Metas de Competição da agência, aprovado em 2012. Os novos valores são válidos para as concessionárias Oi, Telefônica, Algar, Claro e Sercomtel. As tarifas das chamadas fixo-móvel local (VC-1) ficaram entre 14,95% a 22,35% mais baixa, conforme a operadora de origem.

Businessman Hands holding scissors and cutting dollar, VECTOR, EPS10A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou nesta sexta-feira, 26, ato em que reduz as tarifas de ligações locais e interurbanas feitas de telefone fixo para móvel. Os novos valores passaram a valer ontem, 25. A agência também unificou a cobrança das chamadas fixo-móvel local, fazendo com que o usuário pague o mesmo valor para uma chamada local, independentemente da operadora móvel de destino.

A redução faz parte do Plano Geral de Metas de Competição da agência, aprovado em 2012. Os novos valores são válidos para as concessionárias Oi



(Telemar e Brasil Telecom), Telefônica, CTBC/Algar, Claro/Embratel e Sercomtel. As tarifas das chamadas fixo-móvel local (VC-1) ficaram entre 14,95% a 22,35% mais baixas, conforme a operadora de origem.

Nas chamadas de fixo para móvel em que os DDDs dos telefones de origem e de destino da ligação têm apenas o primeiro dígito igual (VC-2), haverá redução entre 9,15% a 14,04%. Nas ligações, em que os primeiros dígitos dos DDDs do telefone fixo e do telefone móvel são diferentes (VC-3), a redução ficará entre 7,73% a 11,80%. Veja, abaixo, as tabelas com reduções das tarifas de acordo com a modalidade:

Concessionária (%)	Redução do VC-1
Telefônica Brasil S.A.	14,95%
Sercomtel	17,80%
Brasil Telecom S.A.	18,52%
Algar Telecom	19,25%
Telemar Norte Leste S.A.	22,35%

Concessionária (%)	Redução do VC-2
Telefônica Brasil S.A.	9,15%
Brasil Telecom S.A.	9,79%

Claro S.A.	9,91%
Sercomtel	10,38%
Telemar Norte Leste S.A.	13,06%
Algar Telecom	14,04%

Concessionária (%)	Redução do VC-3
Telefônica Brasil S.A.	7,73%
Brasil Telecom S.A.	8,32%
Claro S.A.	8,37%
Sercomtel	8,86%
Telemar Norte Leste S.A.	11,05%
Algar Telecom	11,80%



Resumo de Notícias

26/02/2016 - Telesíntese

Cai número de acessos em banda larga fixa em janeiro

No mês, o país tinha 24,44 milhões de acessos. Em relação a dezembro de 2015, houve queda de 0,11%, ou, 29.422 desconexões. Comparando-se a um ano antes, houve crescimento de 5,33% na quantidade de acessos.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou nesta sexta-feira, 26, dados sobre a base de usuários de banda larga fixa no Brasil em janeiro. No mês, o país tinha 24,44 milhões de acessos. Em relação a dezembro de 2015, houve queda de 0,11%, ou, 29.422 desconexões. Comparando-se a um ano antes, houve crescimento de 5,33% na quantidade de acessos.

Os dados da agência mostram que os pequenos provedores espalhados pelo país foram os que mais perderam clientes no mês. Este grupo desligou 106.396 usuários, recolhendo 4,5%. Foi o único a ter saldo negativo. As grandes operadoras ganharam clientes. A Telecom América (que reúne Claro, NET e Embratel) foi a empresa que mais cresceu em números absolutos, com 37.416 adições. Seguida de Telefônica (13.522), Sky AT&T (10.221) e TIM (8.131).

Entre as principais tecnologias, o LTE (usado pela Sky e On Telecom) para banda larga fixa foi o que mais cresceu,

percentualmente: expansão de 3%, atingindo 313 mil acessos. O xDSL se mantém no topo como principal forma de conexão. Cresceu 0,14% no mês, chegando a 13,3 milhões de acessos. A conexão por cabo aumentou 0,07%, para 8,25 milhões. A quantidade de acessos por rádio (spread spectrum), comum entre os provedores regionais, caiu 4,6%, para 1,52 milhão. O uso da fibra (FTTx) aumentou 0,64%, para 1,23 milhão de acessos.

Ranking

A Telecom América (Claro, NET e Embratel) segue como maior operadora de banda larga fixa em número de acessos, com 8,12 milhões de assinantes – 32,03% do mercado. Em seguida vem Telefônica, com 7,3 milhões (share de 28,71%). A Oi é a terceira colocada, com 6,3 milhões (fatia de 25,06%). Os pequenos provedores tinham, em janeiro, 2,2 milhões de usuários (participação de 8,71%).

26/02/2016 - Telesíntese

Para a telefônica, investidores subvalorizam a América Latina

CEO da multinacional, César Alierta, garante que região vai crescer nos próximos dois anos, e que grupo vai liderar a digitalização de governos e empresas locais.

O CEO do grupo espanhol Telefónica, César Alierta, criticou investidores ao falar com analistas na tarde de hoje, 26, sobre o balanço financeiro da multinacional. O alvo das críticas foram as avaliações sobre a economia na região e o quanto a desaceleração macroeconômica de fato impactará os negócios no setor de telecomunicações.

“Olhe nossos números, o resultado no Brasil. Não sei o que os investidores macro pensam, mas não tem nada a ver com a realidade. A região vai crescer, e apesar disso, está totalmente subvalorizada. Nós teremos um crescimento gigantesco no setor na América Latina”, disse.

Segundo ele, a oportunidade reside na digitalização de empresas e governos. “Estamos muito felizes em estar em uma região com 350 milhões de pessoas, que tem taxa de desemprego média de 6%, que tem um tremendo potencial de crescimento, região em que todos os governos acreditam na necessidade de digitalizar”, falou. e apoiam o setor em regulações sobre digitalização”, falou.

O executivo lembrou que existem milhões de empresas na área de atuação da companhia que passarão por um processo de digitalização nos próximos dois anos. “E quem vai orientar a digitalização desses negócios? A Telefônica. E o que isso vai significar? Um aumento enorme do tráfego de dados e da rentabilidade. Este potencial não aparece nas estatísticas de crescimento para o setor”, observou.

26/02/2016 - CUT

Nos últimos 10 anos, jornada feminina aumentou uma hora

Pesquisa do IBGE mostra que mulheres trabalham cinco horas a mais que os homens



A mais recente pesquisa do IBGE comprova que a mulher, apesar de ser maioria na população e maioria no mundo do trabalho, continua ganhando menos e trabalhando mais.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feita entre os anos de 2004 e 2014 com 150 mil famílias, a dupla jornada feminina aumentou uma hora. Agora elas trabalham cinco horas a mais do que eles.

A estatística também mostra que, enquanto a jornada de trabalho masculina fora de casa caiu de 44 horas para 41 horas e 36 minutos por semana, a carga horária dedicada ao trabalho doméstico se manteve estável. Ou seja, o tempo livre não foi revertido em maior dedicação ao lar.

Nesse mesmo período de 10 anos, a mulher manteve uma média de jornada de trabalho fora de casa de 35 horas e meia, mas ainda continua ganhando 24% a menos que os homens – e acumulando tarefas domésticas.

Para a economista Marilane Teixeira, a diferença persiste porque os homens não reconhecem que as responsabilidades devem ser compartilhadas de forma igualitária. “A cultura enraizada naturaliza papéis

sociais para homens e mulheres”, comentou.

A dupla jornada é realidade da grande parte da população feminina no país.

“A mulher, na maioria dos lares, ainda é responsável pelas tarefas domésticas, pelos cuidados familiares e dos filhos. A CUT junto com outras centrais sempre defenderam a compartilhamento de responsabilidades familiares para que a mulher possa ter mais igualdade de oportunidade”, explicou a secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, Junéia Batista.

Segundo a dirigente, a responsabilidade das mulheres pelas tarefas doméstica geram problemas maiores nas relações de trabalho. “A divisão sexual do trabalho acarreta em discriminação no mercado de trabalho, violência a qual as mulheres estão submetidas diariamente com salários menores, condições degradantes e sofrendo mais constantemente assédio moral e sexual”.

Segundo a OIT, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva sem que tenha ocorrido uma nova pactuação em relação à responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumida, exclusivamente ou principalmente, pelas mulheres.

Existe uma recomendação da OIT sobre a Igualdade de Oportunidades e de tratamento para Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares que é a Convenção 156, mas o Brasil está entre os poucos países da América Latina que não ratificou a recomendação internacional.

“A CUT também está na linha de frente na campanha pela ratificação da Convenção 156 no Brasil, porque as mulheres sindicalistas acreditam que é uma importante ferramenta para as mulheres conseguirem igualdade de oportunidade no acesso e permanência no mercado de trabalho e para que o Estado assuma sua parte com pessoas que dependem de outra para viver”, finalizou Junéia.



Resumo de Notícias

26/02/2016 - Vermelho

Contas públicas fecham janeiro com saldo positivo de R\$ 27,9 bilhões

Esse foi o maior superávit primário desde novembro de 2013; saldo positivo foi o primeiro após oito meses de déficit

A União, os estados e os municípios iniciaram o ano com saldo positivo nas contas públicas de R\$ 27,913 bilhões, após oito meses seguidos de déficit primário, receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros. Em janeiro de 2015, o superávit primário foi menor: R\$ 21,063 bilhões.

Esse foi o maior superávit primário desde novembro de 2013 (R\$ 29,745 bilhões). Em janeiro de 2013, o superávit primário ficou em R\$ 30,251 bilhões. Os dados foram divulgados, hoje, pelo Banco Central (BC), em Brasília.

O chefe do Departamento Econômico do BC, Tulio Maciel, explicou que em janeiro são comuns resultados mais "favoráveis", devido ao aumento de receitas com o recolhimento do Imposto de Renda das empresas pelo governo federal e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelos governos regionais.

Em janeiro, o resultado também foi favorecido pela entrada nos cofres federais de parte dos recursos obtidos com a renovação das concessões de usinas hidrelétricas.

Em janeiro deste ano, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) acusou superávit primário de R\$ 20,899 bilhões. Os governos estaduais registraram superávit primário de R\$ 6,401 bilhões, e os municipais, de R\$ 1,576 bilhão. As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, tiveram déficit primário de R\$ 962 milhões em janeiro último. Os gastos com os juros - que incidem sobre a dívida

- totalizaram R\$ 56,218 bilhões em janeiro contra R\$ 18,022 bilhões no mesmo mês de 2015.

Dívida líquida

O déficit nominal, formado pelo resultado primário e as despesas com juros, somou R\$ 28,305 bilhões no mês passado, ante o superávit de R\$ 3,041 bilhões em janeiro de 2015. A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) foi de R\$ 2,121 trilhões em janeiro, o que corresponde a 35,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, com redução de 0,4 ponto percentual em relação a dezembro.

Ainda segundo o Banco Central, a dívida bruta, que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais, chegou a R\$ 3,992 trilhões ou 67% do PIB, alta de 0,8 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Maciel disse que a dívida pública deve continuar crescendo este ano, uma vez que o resultado primário definido para 2016 não é suficiente para estabilizar o endividamento. Entretanto, ele afirmou que estão sendo feitos esforços pelo governo para que se obtenha resultados mais favoráveis. "Continuamos observando recuos das despesas. Mas as receitas recuam em ritmo maior do que as despesas. Isso se deve à retração da atividade econômica", disse.

No último dia 19, o governo informou que, em vez de um superávit primário de R\$ 30,5 bilhões (0,39% do PIB), o Orçamento de 2016 poderá encerrar o ano com déficit de R\$ 60,2 bilhões (resultado negativo de 0,97% do PIB).

Resumo de Notícias

28/02/2016 - Altamiro Borges

A caça aos direitos fundamentais

O combate à corrupção, em todos os níveis nos quais se manifeste, deve ser levado a cabo com a exemplar punição de seus agentes, onde quer que se acastem, independentemente da cor do colarinho. Esta obviedade não é objeto de questionamento nem mesmo pelos defensores dos acusados mais notórios.

A ação apuradora-punitiva, porém, salta dos trilhos de seus objetivos éticos e constitucionais quando instrumentaliza perversa e impatriótica campanha midiática voltada para a desmoralização da política, sem a qual – é preciso dizer mil vezes e mil vezes repetir para quem não sofreu os idos da última ditadura – a democracia não sobrevive.

Como não sobreviveu a liberdade de imprensa (requisito da democracia) quando se instalou em 1964 a ditadura militar, pleiteada e aclamada e sustentada e defendida pela grande mídia, a de então, que é a mesma de hoje, em sua essência.

As ações de combate à corrupção, são, presentemente, instrumentalizadas pela imprensa e pelos setores partidários derrotados em 2014 com vistas a desestabilizar o governo constitucional e fragilizar a economia brasileira, de si abalada, e mais abalada pela crise internacional (em crescendo desde 2008), que nos acena com uma crise similar ou superior à de 1929.

Com o agravamento da crise econômica interna objetiva-se agravar a crise política (a crise permanente, a crise alimentada, a crise política que alimenta a crise econômica, a crise econômica potencializando a crise



política) e, assim, levado às cordas, o governo, condenado à paralisia mortal, passa a carecer de meios para enfrentar como deveria a desaceleração da economia que sugere a crise social para um amanhã cuja data de chegada ninguém pode precisar.

Conspira-se contra o País, no curto prazo planta-se o caos, como se esse não fosse o fiador dos anos futuros.

Uma vez mais é necessário recorrer ao óbvio, desta feita lembrando que o combate à corrupção, que a sociedade reclama, deveria, necessariamente, concentrar-se na apuração das irregularidades e suas respectivas responsabilidades, no ressarcimento do erário e na punição exemplaríssima dos agentes.

No entanto, manipulado como vem sendo, transforma-se em aríete com o qual a direita brasileira – em silêncio até 2014 – tenta revogar, ao arrepio dos instrumentos da República, as conquistas sociais e civis de muitas e muitas décadas e solapar o sentimento de brasilidade, fazendo com que nosso povo, descrendo de si, termine descrendo de seu País, renuncie à construção de seu futuro, transforme a esperança em desânimo e se deixe dominar pelo trágico complexo de vira-lata.

Cria-se, assim, o ambiente favorável às concessões cívicas que compreendem desde a desestruturação do Estado social ao punitivismo, com aceitação da brutalidade como resposta, num regressivismo penal que revoga as conquistas do direito moderno.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/02/a-caca-aos-direitos-fundamentais.html>